

KAROLINE BARDINI TRAMONTIN

Integração, lazer e convivência
na área central de Criciúma/SC:
Centro Comunitário Operária Nova

Trabalho de Conclusão de Curso I, apresentado ao
curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade
do Extremo Sul Catarinense UNESC.
Orientadora: Sabrina Salvador
Coorientador: Maurício Pamplona

CRICIÚMA, 2014

“As cidades são lugares de encontro e os espaços públicos
são os lugares que possibilitam esses encontros”

Gehl e Gemzoe

Agradeço

Imensamente a Deus, por ter me permitido enfrentar os obstáculos de todas as circunstâncias da vida e chegar até aqui, sua proteção é minha força.

A minha família, que me dá amor, incentivo e conforto para que eu siga em frente com meus objetivos.

Aos professores do curso de Arquitetura e Urbanismo que deram suporte para a minha formação ao longo de todo período acadêmico, em especial a orientadora e o coorientador deste trabalho, Sabrina Salvador e Maurício Pamplona, os quais dedicaram seu tempo e atenção, com toda competência.

Aos meus amigos, que sorriram comigo quando estive feliz e me deram a mão quando precisei de apoio.

A todos estes, Muito Obrigada!

SUMÁRIO

1	Apresentação do tema	
1.1	Introdução.....	06
1.2	Problematização.....	07
1.3	Justificativa.....	08
1.4	Objetivos.....	10
1.4.1	Objetivo Geral.....	10
1.4.2	Objetivos Específicos.....	10
1.5	Metodologia.....	11
1.6	Esquema síntese da proposta de trabalho.....	11
2	Fundamentação teórica	
2.1	Espaços públicos.....	13
2.2	Equipamentos público urbanos.....	14
2.3	Socialização, convivência e cidadania.....	15
2.4	Convívio e lazer.....	16
2.4.1	Espaços e equipamentos de convívio e lazer.....	18
2.4.2	Tipos de acesso aos espaços e equipamentos públicos.....	20
2.5	Lazer como estímulo para a cultura e educação e educação.....	21
2.6	Lazer como mercadoria.....	22
2.7	Lazer e a atual realidade.....	24
2.8	Paisagem urbana.....	25
2.9	Mobilidade urbana e articulação entre espaços.....	26
3	Contextualização urbana	
3.1	Localização.....	29
3.2	Características da cidade.....	30
3.3	Breve histórico.....	30
3.4	Processo de urbanização.....	32
3.5	As vilas operárias.....	35
3.6	Os locais de convívio de lazer.....	36
3.7	O Rio Criciúma.....	37
4	Contextualização do recorte	
4.1	Apresentação e justificativa.....	40
4.2	Principais equipamentos públicos.....	41
4.3	Hierarquia do sistema viário.....	43
4.4	Equipamentos x Atendimento de transporte coletivo.....	44
4.5	Condicionantes e potencialidades.....	45
4.6	Apresentação e justificativa do recorte de intervenção arquitetônica.....	46
4.6.1	Condicionantes e potencialidades.....	46
4.7	Plano Diretor e condicionantes legais.....	47
4.8	O terreno.....	48
4.9	Clubes e associações recreativas.....	48
4.10	Situação atual do terreno, GREON e entorno imediato.....	49
5	Referenciais arquitetônicos	
5.1	Quanto a proposta urbana.....	51
5.1.1	Requalificação do Bairro La Morán.....	51
5.1.2	Projeto Lonsdale Street.....	53
5.2	Quanto a proposta arquitetônica.....	55
5.2.1	Centro Social Service Pole.....	55
5.2.2	Centro Cultural e Sedan.....	56
5.2.3	Menção Honrosa V Congresso CBCA / ALACERO.....	57
6	Partido	
6.1	Plano de integração urbana e paisagística.....	60
6.1.1	Definição de plano.....	60
6.1.2	Intenções do plano.....	60
6.1.3	Estudo para a proposta do plano de integração.....	61
6.1.4	Proposta para o plano de integração.....	62
6.1.5	O recorte.....	63
6.1.6	Cortes esquemáticos de perfis das vias.....	64
6.1.7	Croquis.....	65
6.2	Proposta arquitetônica.....	67
6.2.1	Intenções projetuais.....	67
6.2.2	Caracterização do equipamento e dos usuários.....	67
6.2.3	Programa de necessidade e pré dimensionamento.....	68
6.2.4	O terreno.....	69
6.2.5	Cortes do terreno.....	70
6.2.6	Estudos para proposta de implantação.....	71
6.2.7	Proposta de implantação.....	72
6.2.8	Proposta setorização térreo.....	73
6.2.9	Proposta de setorização Segundo Pavimento.....	74
6.2.10	Estudos de volumetria.....	75
7	Referenciais Bibliográficos	77

1 Apresentação do tema



1.1 Introdução

Este trabalho tem a intenção de desenvolver análises e propostas para a área central do município de Criciúma, tendo como premissa os espaços e equipamentos públicos comunitários, os quais são essenciais para a integração social, desenvolvimento pessoal e coletivo, o que os torna locais de vida e movimento.

A área de abrangência de estudo trata-se do núcleo urbano inicial da cidade, onde a história de Criciúma começou. Desde então os espaços públicos começam a surgir. Num primeiro momento, como locais cívicos da vida na cidade, na sequência como locais de lazer para os trabalhadores da mineração, atividade econômica que alavancou o crescimento e o desenvolvimento do município. E atualmente por iniciativas dos órgãos governamentais com a intenção de proporcionar lazer para os cidadãos, visto que este desde 1948 é instituído como um direito social.

Por meio deste trabalho pretende-se fortalecer a conexão entre os espaços públicos de lazer existentes no núcleo central da cidade, buscando contribuir para a requalificação do espaço público e para o incentivo à prática do lazer produtivo. Para então selecionar um recorte que necessite de propostas que através da arquitetura gerem respostas a essa questão social.

1.2 Problemática

A prática do lazer, aliado a educação e a cultura, tem papel relevante em nossas vidas, é importante que o espaço para a prática dessas atividades seja democratizado para um maior processo de socialização, integração e "trocas" entre os usuários. Que não seja somente um espaço para o lazer, mas um espaço que ajude também para uma convivência sadia entre as pessoas, no aprendizado e na construção da cidadania.

Segundo Martins (2006) as políticas públicas para o lazer não eram consideradas para a construção da cidadania ao longo dos séculos XVIII e XIX, entretanto nas últimas décadas essas concepções sofreram alterações. E as novas propostas no campo da cultura e do lazer, entendem ser dos municípios o dever de disponibilizar espaços com essa temática à população, juntamente com a reflexão das atividades desenvolvidas nos mesmos, como forma de estimular uma vida comunitária integrada.

Atualmente o lazer exerce um papel muito importante ligado a saúde pública e a valores pessoais de identificação com o espaço urbano, podendo-se afirmar que a prática deste é uma necessidade para o desenvolvimento do ser social e pessoal, que enriquece e dinamiza a vida nas cidades modernas (COELHO, 2000). Por isso está afirmado em diversos documentos como um direito social, por exemplo no Artigo XXIV da ONU (1948) **"Toda pessoa tem direito ao lazer"**.

Entretanto o que vem se tornando nossa realidade é a falta de vivência e socialização nos locais destinados ao uso comunitário de convívio e lazer. Seja pela privatização de alguns deles, por falta de

espaço físico adequado, falta de incentivo por parte das secretarias e órgãos públicos, que deveriam estimular esse tipo de vivência, ou ainda por **falta de atributos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos, que não geram acessibilidade ou estímulo aos usuários.**

Uma comunidade que não dispões desses espaços é prejudicada quanto à qualidade de vida. Quando esta não tem na arquitetura e no espaço urbano o incentivo da socialização, seja ela por meio de lazer ou cultura, deixa de exercer seu direito de cidadania e não evolui de forma coletiva, pois só existe cultura e cidadania quando a comunidade participa.

Segundo Sylvia Pronsato (pág. 37, 2005),

"A relação entre esporte, arte e economia política, converge na luta contra a alienação a que o sistema nos submete. A situação dos espaços públicos na paisagem urbana revela características intrínsecas da produção capitalista das cidades que, no Brasil, se concretizam na segregação, na divisão social e na deterioração da paisagem."

Sendo assim, ao contrário disto, se temos oportunidades, espaços e paisagens estimulantes, que propiciem as pessoas de todas as idades saírem de suas rotinas, seja para fazer uma atividade recreativa ou cultural, contribui-se para toda a sociedade. Pois fazendo com que os espaços tenham mais vitalidade, movimento e desenvolvimento, conseqüentemente evita-se que estes sejam violentos e degradados, fazendo com que na cidade hajam **lugares de vida.**



1.3 Justificativa

A socialização é um tema muito discutido há centenas de anos, segundo Aristóteles **"o homem é por natureza um animal social"**. A vida em grupo é exigência da natureza humana. O homem tem necessidade de seus semelhantes para sobreviver, para perpetuar a espécie, propagar o conhecimento e **para realizar-se como pessoa**. A sociabilidade, essencial para a vida, é desenvolvida através do processo de convivência que acontece em diversos níveis, entre eles, na família, na escola, em instituições religiosas e em equipamentos comunitários.

Os espaços de vivência comunitária são essenciais para o crescimento e o desenvolvimento integrado de uma comunidade. Quando espaços com essa temática são bem implantados, de forma que estimulem sua apropriação e seu uso contínuo, se tornam **lugares de vida**. Em decorrência a essa vivacidade, o seu entorno também se torna vívido. Com o dinamismo e a constante socialização dos usuários quebram-se as barreiras da alienação e a própria sociedade faz com que haja qualificação no ambiente em que vive (PRONSATO, 2005).

Desde 1948 o lazer é tido como um direito social, por isso é **imprescindível que o seu acesso esteja articulado a outros direitos sociais essenciais aos cidadãos, como a saúde, educação, assistência social, habitação e trabalho**. Entretanto, segundo Marcellino (2007), o crescimento rápido e desordenado de nossas cidades, não foi acompanhado pelos serviços sociais e urbanos, gerando desníveis na ocupação do solo, onde de um lado estão as áreas centrais, concentradas de benefício, e de outro, a periferia, verdadeiro **"depósito de habitações"**, que deixam de possuir inclusive o que lhes é garantido por lei, como por exemplo o lazer.

Na cidade de Criciúma existem várias regiões com essa característica, geralmente nas áreas mais periféricas. Entretanto uma área que se mostra íntima dessa realidade é o Bairro Operária Nova, mesmo estando na área central e tendo feito parte do núcleo urbano inicial da cidade, juntamente com os atuais bairros, Centro, Santo Antônio e Santa Bárbara.

Caracterizado por ser uma vila operária dos trabalhadores da mineração, **o Bairro Operária Nova, possuiu uma forte relação comunitária** na época. Eram comuns festividades comunitárias, jogos de futebol, encontro para o bate-papo no fim do dia, enfim, uma vida comunitária ativa, que se valia dos espaços comuns condizentes com a realidade da época. Porém, **essa referência se perdeu devido aos novos traçados viários e às novas centralidades que surgiram**, consecutivamente delimitando e segregando a localidade, tornando-a uma área desvalorizada. (COSTA e CÂMARA, 2011)

Segundo Vargas (pág.25, 2006),

"Embora os resultados ainda devam ser avaliados, o que se observa é um interesse cada vez maior do poder local pela melhoria da imagem dos centros das cidades. Áreas fortemente desvalorizadas vêm a ser alvo das atenções do poder público, que se alia ao capital imobiliário, iniciando dessa forma uma **reconquista daquele espaço**."



Considerando essas teorias e tendo em vista a situação atual do bairro Operária Nova, percebe-se sua necessidade de uma melhor relação de integração com o seu entorno, juntamente com um espaço dedicado à socialização, o convívio e o lazer comunitário, buscando proporcionar uma melhora no bairro como um todo. Visto que o lazer sempre teve uma influência muito grande na construção das cidades, principalmente quando integrado a espaços públicos, já que através das funções e atividades exercidas na prática do lazer, o homem trabalha seu lado social e, ao usufruir do lazer urbano, passa a compor e se identificar com o espaço em que se insere (ROLNIK, 2000).

Espaços com essas características são oportunos para a prática da diversidade, de manifestações culturais, de interesses físico-esportivos, além de potencializar a transformação social e o respeito aos valores humanos. Promovendo a afirmação dos valores construídos a partir de experiências socialmente vivenciadas e assegurando aos indivíduos exercer a plena cidadania (SILVA e VERSANI, 2005).

1 Apresentação do tema

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo Geral

Desenvolver o anteprojeto arquitetônico de um Centro de convívio e lazer voltado à comunidade, na área central de Criciúma/SC, buscando a valorização e atrativos para a convivência e a integração social nesta localidade.

1.4.1 Objetivos Específicos

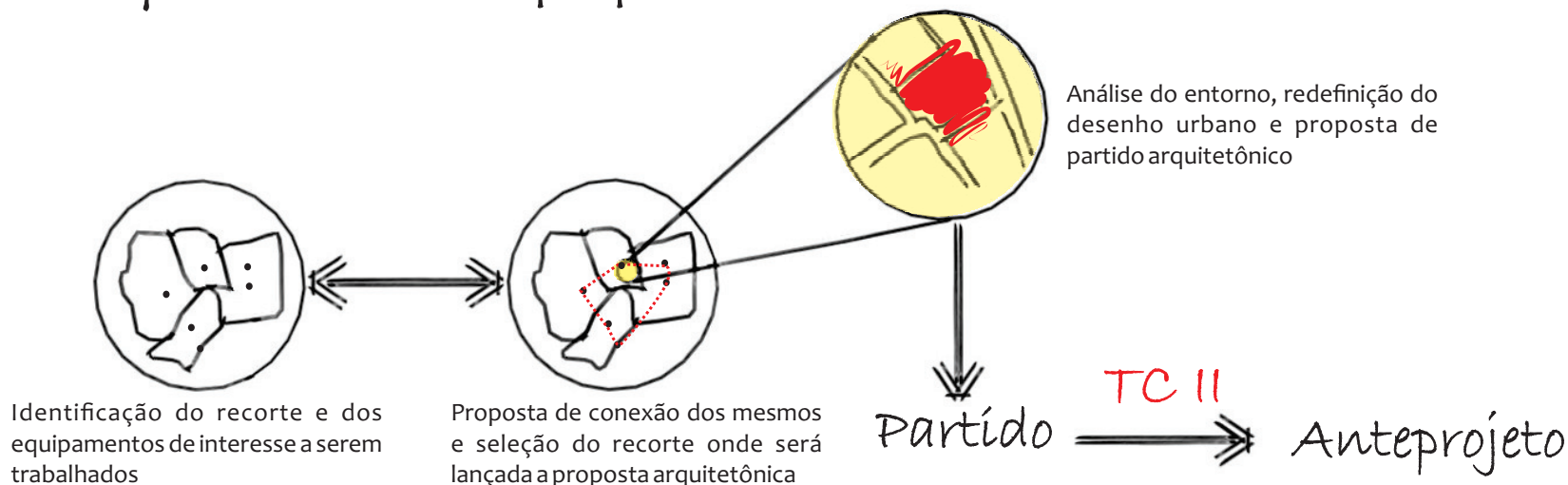
- Construir embasamento teórico quanto a importância de espaços e equipamentos públicos a fim de compreender suas relações com o desenvolvimento social e urbano das cidades.
- Compreender o desenvolvimento dos bairros que constituem a região central de Criciúma/SC a fim de identificar as relações históricas e sociais que estes possuem.
- Contextualizar o tema de estudo com o recorte, identificando potencialidades e deficiências.
- Levantar e analisar referenciais de propostas urbanas de integração de espaços e propostas arquitetônicas de equipamentos públicos comunitários de acordo com as condicionantes do recorte, a fim de compreender as relações urbanas e arquitetônicas necessárias para a implantação de um Centro de convívio e lazer.
- Propor em linhas gerais um plano de integração urbana e paisagística entre os espaços e equipamentos públicos comunitários existentes na área central de Criciúma, privilegiando os modais coletivos e cicloviário, a fim de reforçar a importância e o caráter público que esses espaços já tiveram.
- Construir um partido arquitetônico de um Centro de convívio e lazer comunitário, que considere as condicionantes legais, arquitetônicas e paisagísticas identificadas no recorte em que estará inserido.

1.5 Metodologia

Através da metodologia busca-se estipular uma sequência que direcione o entendimento e o desenvolvimento do trabalho, sendo assim de acordo com o tema em questão, os processos para a realização do trabalho embasaram-se nas seguintes técnicas:

- **Levantamento bibliográfico:** Embasamento teórico (por meio de livros e artigos) para o entendimento do assunto a ser tratado.
- **Levantamento de dados** (históricos, subjetivos, físicos) do local: Embasamento por meio de livros, mídias digitais, mapas cartográficos, fotos, ortofotos. Para assim evidenciar o “problema” a ser trabalhado juntamente com os possíveis fatores que o ocasionaram. Que darão suporte para o diagnóstico, análises e condicionantes do tema e recorte de intervenção. Identificação e análise de referenciais arquitetônicos condizentes com a realidade do recorte de estudo, que gerem condicionantes para o
- **Lançamento de um plano em linhas** gerais que busque a integração e a valorização dos bairros e equipamentos públicos do recorte em estudo (área central de Criciúma/SC).
- Por fim, diante de todo o exposto e das potencialidades existentes, ou geradas através da integração urbana e paisagística entre as áreas e equipamentos em questão, é localizado um recorte para o partido arquitetônico nesta primeira etapa de trabalho, e que será detalhado na segunda etapa do mesmo (TC2).

1.6 Esquema síntese da proposta de trabalho



2 Fundamentação teórica

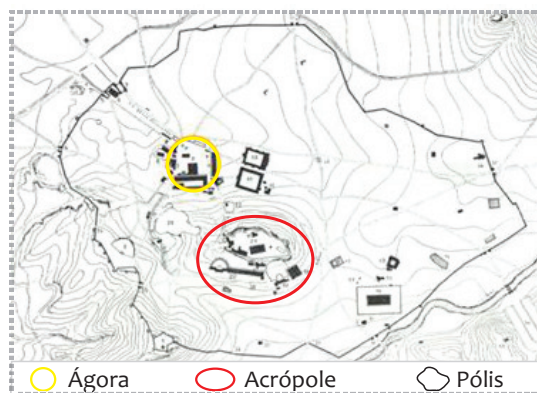


2.1 Espaços públicos

"Público" é tudo que é considerado ser de uso comum e é posse de todos. Já o termo "espaço" tem um sentido substancial, referindo-se a um lugar.

No âmbito urbano, espaço público é o conjunto de lugares de domínio do coletivo, geridos pelas instituições governamentais, sendo proibida a sua utilização privada. Entretanto **áreas do patrimônio público podem ter uso concedido ao setor privado através de concessão, e áreas privadas podem passar ao domínio público por desapropriação**, de acordo com os instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade (VAZ, 2005).

A ideia de espaço público nas cidades vem desde a Antiguidade Clássica, na urbanística grega. Para os gregos, a ágora era o espaço que inserido na pólis, representava o espírito público desejado pela coletividade e onde se exercia a cidadania (BENÉVOLO, 1997).



Pólis: Novo padrão de cidade-estado século 500 ac. Regime democrático.

Ágora: ponto de encontro, mercado, centro dinâmico. Lugar da assembleia, da palavra, lugar do mercado (trocas), centro festivo.

Acrópole: Ponto mais alto, geralmente onde está implantado o templo.

● Ágora ● Acrópole ● Pólis

Planta de Atenas no fim da era clássica
Fonte| Benévolo, 1997

No âmbito urbano atual, segundo Vaz (2005, p. 155):

"Espaço público urbano envolve lugares abertos da cidade, os lugares acessíveis à livre frequentação, à passagem de cidadãos e pessoas desconhecidas. **Do ponto de vista das relações de sociabilidade, são esses os lugares onde ocorrem as mais diversas modalidades de interação face a face em público.**"

A cidade é um local de encontros e relações, onde o espaço público tem papel fundamental. Pois nele ocorrem atividades coletivas, de convívio e trocas entre a diversidade que a heterogênea sociedade urbana abriga. Portanto, está relacionado diretamente com a formação de uma cultura agregadora e compartilhada entre os cidadãos.

Devemos levar em consideração, que o espaço público deve espacializar o modo de vida e relações locais. E refletir aspectos históricos e geográficos do espaço em que está inserido (Muxi, 2010).

Neste mesmo contexto, ainda para Vaz (2005), os espaços públicos urbanos abrigam tipologias a partir das suas funções predominantes:

vias (circulação)	praças (permanência)
jardins (lazer)	parques (passeio e visitação)
equipamentos de uso coletivo (instituições governamentais, esporte, cultura e lazer)	
áreas de preservação ambiental.	

Independente do tipo de espaço, a acessibilidade é que define o grau de abertura da área pública.

espaços livres: vias públicas, praças e jardins (usos múltiplos).

espaços temporariamente livres: centros comerciais, galerias, parques.

espaços com controle de acesso: pontos de comércio, serviços e instituições.

Os usos permitem identificar os atributos funcionais das áreas públicas: comunicação e contato, circulação, espetáculo, repouso, artesanato, pequeno comércio e serviços. Podendo haver a superposição de funções e simultaneidade das práticas (VAZ, 2005).

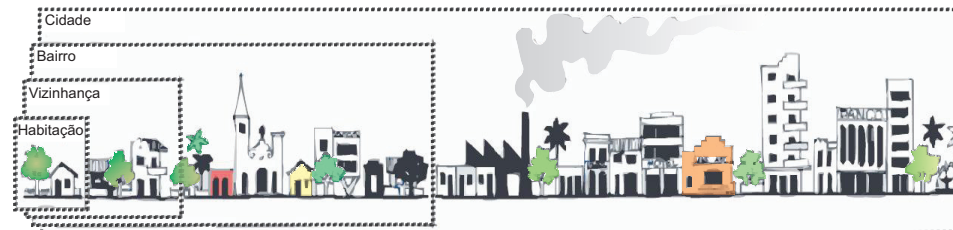
2.2 Equipamentos públicos urbanos

De acordo com a NBR 9284/1986:

Equipamentos públicos Urbanos são todos os bens destinados à prestação de serviços necessários para o funcionamento da cidade. Divididos em categorias e subcategorias, entre elas: Circulação e transporte, cultura e religião, Esporte e lazer, Infra-estrutura, sistemas de comunicação, energia, iluminação pública e saneamento, Segurança e administração pública, abastecimento, assistência social, educação e saúde.

Para Santos (1988), equipamentos urbanos são os locais onde acontecem serviços públicos, que exigem áreas edificadas ou não para que funcionem. Dependendo da abrangência do equipamento,

este pode ser classificado em escalas, que podem ser: escala da vizinhança, da cidade ou da região. Esses equipamentos podem ser: creches, escolas, hospitais, parques, etc.



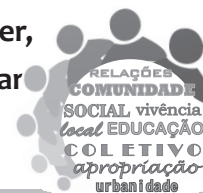
Escala para os equipamentos urbanos
Fonte| Santos 1988, adaptado pela autora

Ainda segundo Santos (1988), esses equipamentos podem ser promovidos por agentes privados ou públicos, sendo eles: Municipal, Estadual e Federal. Como pode-se perceber na tabela abaixo:

Agente				Equipamento	Escala de Agrandência		
Privado	Público				Vizinhança	Bairro	Cidade
x	M	E	F	Creche	x		
x	M	E		Ensino Fundamental	x		
x	M	E	F	Ensinnno Médio		x	x
x	M	E	F	Posto de saúde		x	
x	M	E	F	Centro Social		x	x
x	M	E	F	Hospital		x	x
	M			Praças ou Áreas verdes	x	x	x
	M	E		Parques			x
	M	E	F	Reserva Florestal			x
		E		Corpo de Bombeiros			x
		E		Posto Policial			x
x	M	E		Rodoviária			x

Tabela de parâmetros de implementação de equipamentos urbanos
Fonte| Santos 1988, adaptado pela autora

Desta forma, antes da execução de um equipamento público, deve-se primeiro compreender, qual a escala de abrangência que se pretende alcançar com mesmo.



2.3 Socialização, convivência e cidadania

O tema socialização, é a muito tempo discutido. Aristóteles a mais de 300 anos a.C. na Grécia afirmava: **"o homem é por natureza um animal social"**. Desta forma, via a sociabilidade, como uma temática essencial para a vida, pois acreditava ser através do processo de socialização que se alcançaria a realização plena do indivíduo e seu caráter de cidadão.

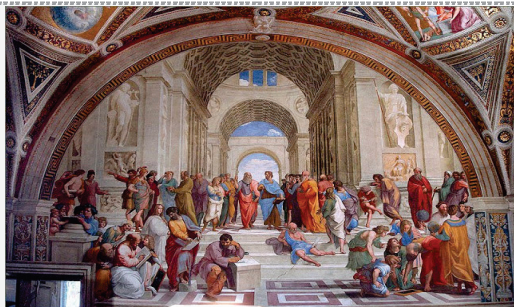
Atualmente essa integração da sociedade acontece em diversos níveis, entre eles: na família, na escola, em instituições religiosas e em espaços ou equipamentos públicos ou privados. A sociabilidade pode ser vista, de forma geral, como a capacidade natural do ser humano de viver em sociedade, vivendo em contato com outras pessoas. É através da socialização, que os indivíduos aderem características ao seu modo de viver e se tornam críticos.

Por mais individualista que o ser humano possa ser, ele necessita conviver com outros seres humanos, seja para expressão cultural, perpetuação da espécie, diversão, etc. É inevitável o contato e a interação entre os homens. É através dessa interação, que entra o conceito de socialização, e com ele aprende-se certas características, comuns a todos, ou pelo menos àquele grupo social.

Segundo Diskin, 2000,

“A qualidade de vida pessoal, institucional ou social depende em grande escala da capacidade de se relacionar com o outro (o diferente), o entorno e o planeta, de maneira respeitosa e responsável, promovendo o legítimo direito de oportunidades para usufruir dos bens naturais e culturais a que todas as comunidades humanas têm disponibilidade ao longo da nossa história” (DISKIN, 2000, p. 35.)

Assim podemos entender a importância do processo de interação entre os indivíduos, gerada pela socialização. Esta pode acontecer de diversas formas e em diferentes locais. Uma das formas é o lazer, seja ele atingido entre outras formas, pela prática recreativa, esportiva, atividades sócio-educativas, contemplação, ou pelo simples encontro entre as pessoas.



Escola de Atenas, quadro de Rafael (1510)
Fonte| ventosdouniverso.blogspot.com.br



Vivência no núcleo familiar
Fonte| dehc77.wordpress.com



Atividades coletivas
Fonte| dehc77.wordpress.com

2.4 Convívio e lazer

Na contemporaneidade tem-se discutido muito a importância da convivência das pessoas e do lazer como fator indispensável para se pensar na qualidade de vida e no bem estar. Atualmente essas questões são reconhecidas como fatores básicos para o exercício da cidadania e para a busca de uma vida com mais sentido e qualidade.

Diretrizes para os cidadãos alcançarem essa qualidade de vida, aparecem em documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Artigo XXIV, **"Toda pessoa tem direito ao lazer"** (ONU, 1948). **Entendendo o lazer, como um direito social, juntamente com direitos como a educação, saúde, trabalho e moradia.**

Neste sentido o sociólogo francês Joffre Dumazedier (1980) procurou classificar as atividades de lazer de acordo com interesse central motivador da busca de determinada atividade pelo indivíduo, aquilo que o motivaria a procurar determinada atividade.

Esses interesses centrais seriam de cinco tipos:

interesses físicos	relacionados às atividades físico-esportivas em geral;
interesses artísticos	envolvendo a arte em suas mais diversas formas de apresentação;
interesses manuais	derivados da manipulação de objetos e produtos, estando entre suas práticas: a jardinagem, a costura, a culinária, os <i>hobbies</i> em geral;
interesses intelectuais	ligados ao exercício do ato de raciocinar, como jogos de xadrez, dama, gamão ou palestras e cursos desvinculados do trabalho;
interesses sociais	relacionados aos encontros entre indivíduos em espaços de convivência, festas, bares e restaurantes.

Desta forma, identifica-se que dependendo do interesse central que desencadeia a escolha da atividade de lazer pelo indivíduo, também um espaço determinado será requerido para tal manifestação, juntamente com o tempo disponível para a mesma.

Independente do tipo, as expectativas quanto ao lazer, podem ser atingidas de forma coletiva ou individual, de forma pública ou privada. O que vem acontecendo com frequência ultimamente, é a busca das pessoas em ocupar seu tempo "livre" assistindo tv, lendo um livro na própria casa, ou indo a lugares de certa forma privados como Shoppings Centers, cinemas e clubes. Ou seja valendo-se do lazer como mercadoria.

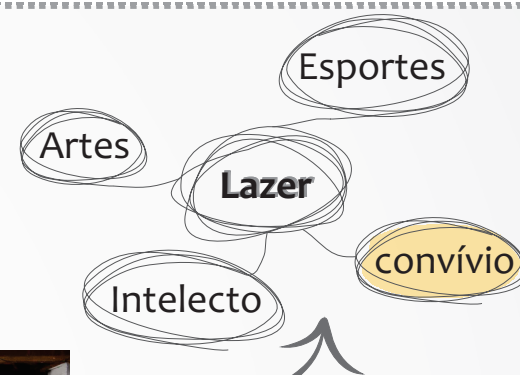
Entretanto, práticas que envolvem as pessoas de forma a gerar um convívio público integrado, geram muito mais benefícios do que a forma de vida individualista e segregadora. Pois **o lazer enquanto direito social, pode "atuar como alavanca de transformação social", já que dele emergem a construção e a dispersão de valores questionadores da sociedade** (MARCELINO, 1987). Além do mais o lazer na vida contemporânea vislumbra a construção e vivência de valores que contribuam para **"mudanças de ordem moral e cultural, imprescindíveis à construção de uma outra realidade social, mais justa e humanizada"** (GOMES, 1998, p.5).

Desta forma atividades públicas coletivas fazem com que as pessoas descubram seus outros talentos e potencialidades "saíam das caixinhas separadas para participar de **um todo interligado**, recuperando habilidades que nosso sistema reducionista consegue esterilizar, anular e alienar", para reavivar manifestações artísticas, e recuperar partes inerentes ao ser humano, como cantar, dançar, desenhar, etc. (PRONSATO, 2005).

Assim, a convivência integrada, a prática do lazer, independente da forma, juntamente com uma produtividade ordenada, geram nos cidadãos não apenas expectativas da diversão e de relaxamento, como também consciência do dever cumprido, realização pessoal, e aprendizado (ANDRADE, 2001).

De todas as formas de lazer coletivo o que tem-se em destaque é a **convivência** entre os indivíduos.

Esquema de integração do lazer
Fonte| autora, 2014



Lazer cultural, aulas coletivas de dança
Fonte| turmadoamanha.com



Lazer esportivo, aulas coletivas de futebol
Fonte| turmadoamanha.com



Lazer intelectual, aulas coletivas de técnicas de pintura
Fonte| turmadoamanha.com

2.4.1 Espaços e equipamentos de convívio e lazer

Espaço de lazer diz respeito a toda rede de equipamentos de lazer, vazios urbanos e áreas verdes de uma cidade. O equipamento de lazer é uma edificação ou instalação onde acontecem manifestações e atividades de lazer. Nessa categoria geral de equipamentos inclui-se: clubes, ginásios, Centros culturais, piscinas, cinemas, parques, bibliotecas, centros esportivos, quadras, teatros, museus entre outros, independente de serem públicos ou privados (PELLEGRIN, 2004).

Espaços com essa temática surgiram há muito tempo, na antiguidade clássica e de acordo com a política da época eram locais importantes e por isso tinham local e instalações específicas.



Coliseu Romano Fonte|arte.seed.pr.gov.br

Exemplo: Coliseu, Anfiteatro construído para comportar perto de 50.000 pessoas, era usado para variados espetáculos artísticos e esportivos.

Na era medieval o espaço de público de lazer, passou a ser o “resto”, o que sobrava após as construções serem erguidas, sendo assim, passou a ser um espaço carente de características de **lugar**. Entretanto a economia urbana foi mudando essa característica a partir do momento em que passa a ver a rua como uma zona econômica ativa, e por isso expande-a até o interior dos pátios públicos daquela época, tornando-os assim mais permeáveis e importantes (SENNETT, 2006).



Piazza del Campo

Fonte|mhfonseca.blogspot.com.br

Exemplo: Piazza del Campo, praça medieval italiana, cercada de edifícios, foram adaptados para tornarem-se atualmente cafeterias, restaurantes e lojas. Atualmente a praça dá suporte para esse comércio. E é comum ver pessoas que se reúnem para estudar, namorar ou passar simplesmente o tempo.

Desde então os equipamentos de lazer fazem parte do desenho da cidade, são formas urbanas concretas que sofrem forças de ordem econômica e política. Nesse sentido ao mapear uma cidade e os equipamentos que nela existem, percebe-se contrastes urbanos diversos. **Áreas nas quais os equipamentos são abundantes, variados e bem conservados e áreas nas quais são raros e mal conservados, áreas de fácil acesso e áreas de difícil acesso, equipamentos superlotados e esvaziados** (PELLEGRIN, 2004).

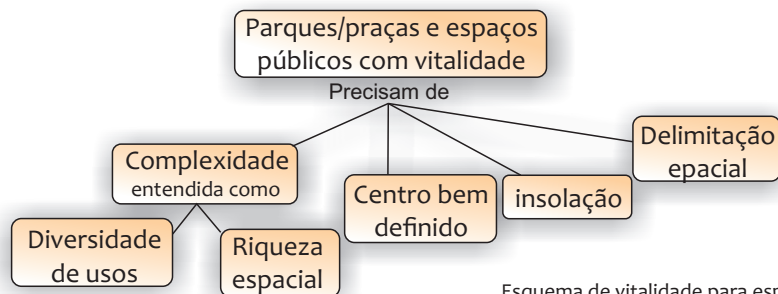
De todas as formas, a mais produtiva e que gera melhores resultados quanto a convivência e o lazer coletivo, é quando esses acontecem em locais públicos, pois acarretam em apropriação da população pelos espaços, gerem dinâmica, e vivacidade para o local e entorno, tornando-o um lugar de vida (PRONSATO, 2005).

Da mesma forma Gomes (2002) defende o espaço público como o lugar da sociabilidade da vida pública, em que se exercita a arte da convivência. Para ele "o lugar físico, orienta as práticas, guia os comportamentos, e estes, por sua vez, reafirmam o estatuto público de espaço" (GOMES, 2002, p.20).

Marcellino, 2002, afirma que,

"Democratizar o lazer implica democratizar o espaço. Muito embora as pesquisas realizadas na área das atividades desenvolvidas no tempo disponível enfatizem a atração exercida pelo tipo de equipamento construído, deve-se considerar que para a efetivação das características do lazer é necessário, antes de tudo, que ao tempo disponível corresponda um espaço disponível. E se a questão for colocada na esfera da vida diária da maioria da população, **não há como fugir do fato: o espaço para o lazer é o espaço urbano.**" (MARCELLINO, 2002, p. 25.)

Kevin Lynch (1988) define que a praça é um lugar de convívio público social inserido na cidade, sempre relacionado às ruas, arquitetura e pessoas. Neste mesmo contexto Alex (2008) diz que o acesso tem que ser visivelmente acessível, entrada convidativa e se possível com comércio. Estimulando o uso do espaço público, âmbito em que afinal, se fundaram as noções de política e de cidadania.



Esquema de vitalidade para espaços públicos
Fonte| Jane Jacobs, adaptado pela autora

Ainda, segundo Gomes (2002) é de acordo com as configurações físicas dos espaços públicos, que se ordenam as práticas e dinâmicas sociais que ali se desenvolvem. Tornando-o um conjunto indissociável de formas com as práticas sociais.

Desta forma, quanto ao espaço público Gomes (2002) afirma:

"Trata-se portanto, essencialmente de uma área onde se processa a mistura social. Diferentes segmentos, com diferentes expectativas e interesses, nutrem-se da co-presença, ultrapassando suas diversidades concretas e transcendendo o particularismo, em uma prática recorrente da civilidade e do diálogo." (GOMES, 2002, p. 163).

Assim a profusão de praças, jardins e ruas arborizadas integradas a outros equipamentos públicos e próximos da população, sugere uma variedade de superfícies, que podem acarretar em bordas ricas de símbolos e atividades, com caráter dinâmico, que inserido no contexto da cidade e integrado ao entorno geram a afirmação de sua importância por parte da população (GOMES, 2002).

Marcellino (2006) apresenta o lazer no espaço público fazendo relação à duas ideias centrais, entre espaço e equipamento. "O espaço é entendido como suporte para os equipamentos. E os equipamentos são compreendidos como os objetos que organizam o espaço em função de determinada atividade." (MARCELLINO, 2006, p. 66). Assim podemos entender que é possível exercer o lazer sem um equipamento, mas é impossível existir lazer sem a existência de um espaço.

Marcelino (2006) ainda faz uma relação entre espaço e equipamento na importância da efetivação do lazer. Afirmado que para a realização de atividades que proporcionem lazer faz-se necessário à inter-relação dos dois. E conclui que nos dias de hoje, com o inchaço urbano, são grandes as dificuldades para encontrar espaços adequados que proporcionem aos indivíduos ambientes de qualidade para o lazer sadio.



Espaços que geram convívio e vitalidade
Fonte| cestv.blogspot.com.br

X



Falta de espaço adequado para a
prática do lazer Fonte| cestv.blogspot.com.br

2.4.2 Tipos de acesso aos espaços e equipamentos públicos

Alex (2008) enfatiza que para promover a vida pública nos espaços públicos, deve-se primeiramente garantir o acesso público para que aconteça o uso coletivo como forma de apropriação desses espaços, e para tanto classifica o acesso em três categorias.

Classificação dos três tipos de acesso ao espaço público	
Tipo de acesso	Atributos
Acesso Físico	Refere-se à ausência de barreiras espaciais ou arquitetônicas (construções, plantas, água, etc.) para entrar e sair de um lugar. Nos espaços públicos devem-se considerar também a localização das aberturas, as condições de travessia das ruas e a qualidade ambiental dos trajetos.
Acesso Visual ou Visibilidade	Define a qualidade visual do primeiro contato com o espaço público. Perceber e identificar ameaças potenciais são procedimentos instintivos de cada pessoa antes de adentrar qualquer espaços.
Acesso Simbólico ou Social	Refere-se à presença de sinais, sutis ou ostensivos, que sugerem quem é e quem não é bem vindo ao lugar. Porteiros e guardas na entrada podem representar ordem e segurança para muitos e intimidação e impedimento para outros.

Fonte| Alex, 2008, p. 25, adaptado pela autora

Os três tipos de acesso podem ser utilizados de forma combinada, para tornar um espaço mais ou menos convidativo ao uso. Podendo valer-se também de atividades comerciais em seu entorno, que podem estimular o uso do espaço público e aumentar a percepção do caráter aberto dos lugares (ALEX, 2008).

2.5 Lazer como estímulo para a cultura e educação

O lazer enquanto gerador de educação pode ser vislumbrado a partir de uma perspectiva com base para uma nova cidadania, que pressupõe transformação social e é construído através da noção de liberdade, responsabilidade, participação e organização política (MASCARENHAS, 2000). Compreendido, segundo Saldanha Filho (2003), como ferramenta para construções participativas de uma coletividade, que visam à garantia dos direitos sociais dos cidadãos.

Dessa forma, o lazer enquanto educação se constitui como:

“Um fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassando por relações de hegemonia. Desta forma, dentro de uma perspectiva crítica e de emancipação dos grupos populares, o lazer pode ser entendido também como tempo e espaço para o exercício da cidadania e prática da liberdade”. (MASCARENHAS, 2000, p.58)

Com base nesse pensamento, entendemos o **caráter múltiplo que o lazer adquire quando visto como condição de fenômeno social, que ultrapassa as esferas do descanso e do divertimento para se firmar, por meio de sua vivência, também como um instrumento de resistência à realidade desigual em que vivemos, e como um veículo impulsor de desenvolvimento humano, principalmente quando sua prática se orienta a partir de valores educacionais.**

São diversas as perspectivas que buscam explicar a relação que o lazer mantém com a educação. Lazer como um processo de

educação não formal, essencial à formação humana. Marcellino (1996) enfatiza o duplo aspecto educativo do lazer. Para ele, primeiro, o lazer é entendido como veículo privilegiado de educação, considerando suas potencialidades para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos, favorecendo o reconhecimento de responsabilidades sociais pelas oportunidades de contatos e de desenvolvimento de sentimentos de solidariedade. Segundo, o lazer pode ser visto como um veículo de aprendizagem com base na participação, criticidade e criatividade, que concilia a transmissão de valores, funções e conteúdos.

Também nessa direção, Mascarenhas (2005), defende que a ressignificação das práticas educativas no campo do lazer está diretamente ligada a concepção pedagógica progressista no âmbito da educação não formal, retratada por uma “pedagogia crítica do lazer”, que privilegia o conhecimento que emerge da própria experiência de vida das classes populares.

"tal concepção está colocada pelo legado das formulações freirianas que se vão acompanhando de várias outras e que convencionalmente chamam educação popular. Inspirados, portanto, pelos pressupostos teórico-metodológicos sistematizados no campo da educação popular, podemos operar com a idéia de um lazer problematizador, reclamando o ambiente, a disponibilidade e as condições para que a reflexão elaborada e gerada a partir da vivência da cultura lúdica, busque assegurar às classes populares a apropriação de



um saber correspondente às suas experiências e reais necessidades, possibilitando-lhes o desenvolvimento de habilidades e valores necessários à sua autodeterminação como sujeito coletivo".

(MASCARENHAS, 2005, p.176)

Sendo assim, quando o lazer passa a ser compreendido em uma dimensão ampla, ele se integra a questões ligadas à educação, à saúde, à habitação, à infra-estrutura urbana, ao transporte, etc. Fazendo com que ultrapasse o conceito de mera execução de atividades. Desta forma, a política de lazer passa a buscar um diálogo direto com outras áreas, que fundamentalmente necessitam estar articuladas.

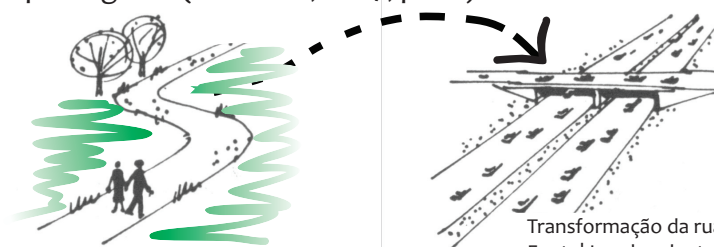


2.6 Lazer como mercadoria

Apesar da importância dos espaços públicos de lazer, é cada vez mais visível nas cidades a falta desses espaços, e o alavancado crescimento da procura por oferta de espaços para o lazer mercadoria. Marcellino (2007, p.19) reflete sobre esse assunto afirmando que **"se o lazer é colocado pela sociedade capitalista enquanto um momento de consumo, o espaço para o lazer também é visto como um espaço para o consumo"**. Sendo assim levando à privatização dos espaços de convívio, equipamentos sociais, áreas verdes e de seus respectivos valores.

Atualmente constata-se, a centralização de equipamentos de lazer específicos como teatros, cinemas bibliotecas, etc. ou a sua localização em áreas para públicos segmentados. Essa situação é agravada se levarmos em conta que as camadas mais humildes da população vêm sendo expulsas para a periferia e, portanto, afastadas dos serviços e dos equipamentos específicos. População a qual conta com as mínimas condições para a prática do lazer em suas residências ou em suas localidades. Nesse processo de privatizações, vê-se cada vez menos locais para as recreações infantis, para o futebol de várzea ou que sirvam de pontos de encontro de comunidades locais.

A cidade tem a função de lazer, de morar, de trabalho e de circulação, entretanto "Nos conjuntos modernos privilegiaram-se as ruas enquanto via de passagem, dissimulando seu valor social" (ABRAÃO, 2008, p. 106). "Assim, o espaço público se esvazia de sentido e transforma-se de lugar onde se desenvolve a vida de relações, em mera passagem" (CARLOS, 2007, p.66)



Desta forma, as classes sociais média e alta atribuem à cidade a função exclusiva de circulação, já que podem desfrutar de lazer em seus espaços privatizados. Porém, para as classes mais humildes a cidade continua tendo a função de lazer. Mas, como os investimentos em equipamentos

de lazer são feitos, na sua maioria, pela iniciativa privada, ou pela Secretaria de Esporte e Lazer, que enfrenta diversos problemas, principalmente por falta de orçamento para sua implementação, o espaço público passa a possuir equipamentos de péssima qualidade, mostrando o poder público negligente com essa questão (SALDANHA FILHO, 2003).



Praça de bairro abandonada
Fonte| cidadedemocratica.blogpost.com.br



Obra de centro comunitário abandonada
Fonte| cidadedemocratica.blogpost.com.br

Ao mesmo tempo há uma crescente privatização dos espaços de convivência social em favor das classes mais favorecidas. Assim, o bairro é substituído pelo condomínio fechado, os espaços públicos de lazer pelos clubes e centros de entretenimento, e as ruas pelos shoppings centers (BONALUME, 2002).



Área de lazer do condomínio fechado Beach Plaza
Fonte| lucena.olx.com.br



As “ruas” nos shoppings centers
Fonte| veja.abril.com.br

Um dos fatores para o crescimento do lazer mercadoria em detrimento do lazer de criação e participações culturais, é a falta de espaços vazios urbanizados. Diante disto, Gomes (2002, p. 174) indica que de uma forma geral no mundo contemporâneo, está ocorrendo um processo de redefinição nos quadros da vida social coletiva, identificado pelo autor como “recuo da cidadania”, o qual vem modificando os tipos de práticas sociais que ocorrem nos espaços públicos cada vez mais reduzidos.

Os espaços privatizados, selecionam seus usuários, segregam a população e deixam mais evidente as disparidades entre as classes sociais, gerando um processo de exclusão. Segundo Fernandes (1979) **A cidade constitui o equipamento mais apropriado para que o lazer possa se desenvolver.** Pois é onde se localizam os grandes contingentes da população, onde a produção cultural pode ser devidamente estimulada e veiculada, atingindo um público significativo e diversificado.



Disparidade social
Fonte| cprh.pe.gov.br adaptado pela autora

Segregação social, de um lado a classe baixa carente de benefícios e do outro a classe alta que pode pagar por aquilo que lhe convém.



2.7 Lazer e a atual realidade

Ser assegurado juridicamente não é sinônimo de que o lazer seja garantido como um direito social e de que tenha sua prática democratizada. Na realidade, ele enfrenta muitas dificuldades para ser considerado de fato um direito social presente e legitimado dentro da cidade.

Por parte de pensamentos retrógrados, o lazer tem adquirido uma posição inferior em relação aos outros direitos sociais, o que vem a prejudicar sua legitimidade e possibilidades.

Com relação a população jovem pode-se perceber que o acesso às oportunidades sociais influenciam seu comportamento. O segmento infanto-juvenil privado de acesso a bens, direitos, serviços, equipamentos públicos de informação e de lazer, que os inclua de forma efetiva, passa a assumir um lugar social de exclusão que pode levar ao agravamento de valores negativos.

Na atual realidade podemos ver que o planejamento e o investimento em espaços públicos de convívio e lazer urbanos tem sido vistos como algo que sempre pode esperar, não recebendo a atenção necessária por parte das políticas públicas porque ainda não são valorizados nem entendidos como essenciais.

As cidades, de um modo geral, não oferecem espaços suficientes de lazer, para que a população usufrua dos diferentes conteúdos culturais que este proporciona. Deste modo, o lazer está muito distante de se tornar homogêneo para a realidade social apresentada, impossibilitando que as pessoas tenham livre acesso aos

diversos tipos de atividades integradoras, democráticas e de bem-estar (SILVA, LOPES, XAVIER, 2009).

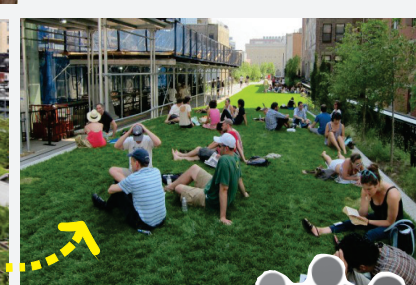
Para que o lazer se configure como aliado na conquista de uma maior qualidade de vida na cidade, e esteja presente no cotidiano das pessoas, além de condições para que uma mudança de valores na percepção da importância do lazer na vida das pessoas aconteça, é fundamental tratarmos da questão do espaço público de lazer, no sentido de sua maior democratização e ocupação. Sua importância será legitimada quando o espaço público de lazer se caracterizar **“como espaço de encontro, convívio, do encontro com o novo e com o diferente, lugar de práticas culturais, de criação, de transformação e de vivências diversas, no que diz respeito a valores, conhecimentos e experiências”** (GOMES, 2006, p.73).



Na falta de local adequado crianças se apropriam de terreno baldio para praticarem atividades físicas.
Fonte| mural.folha.blog.uol.com.br



High Line, parque linear (cerca de 2,5 Km) construído em 2009 numa antiga via férrea elevada de Nova York. Transformação de espaço ocioso em local de contemplação e convivência.
Fonte| novayork.com



2.8 Paisagem urbana

A paisagem é formada por diferentes elementos que podem ser de domínio natural, humano, social, cultural ou econômico, que se articulam uns com os outros. Já urbano, delimita um espaço geográfico, determinado às cidades. Portanto, a paisagem urbana constitui, um ambiente artificial, transformado pelo ser humano conforme suas necessidades. (FRANCISCO, 2014)

Pronsato (2005), diz que: "Paisagem, território e lugar, compreendidos como processos sociais, colocam no centro da ação os homens como seus principais configuradores", e onde a arquitetura é indissoluvelmente ligada.

Conforme Cullen (2006), paisagem urbana é um conceito que exprime a arte de tornar coerente e organizado, visualmente, o emaranhado de edifícios, ruas e espaços que constituem o ambiente.

"Existe, sem dúvida alguma, uma arte do relacionamento, (...) O seu objetivo é a reunião dos elementos que concorrem para a criação de um ambiente, desde os edifícios aos anúncios e ao tráfego, passando pelas árvores, pela água, por toda a natureza, enfim, e entretecendo esses elementos de maneira a despertarem emoção ou interesse." (CULLEN, 2006, p.10)

Desta forma, a vegetação também constitui o espaço urbano, e sua presença se torna cada vez mais essencial para a qualidade de vida dos cidadãos que moram nas cidades.

Rodrigues (1998) afirma que a questão ambiental urbana anteriormente era tida como irrelevante. Afirmava-se que incorporando este aspecto, "estar-se-ia desviando a análise de elementos fundamentais da produção e do consumo".

Esta ideia tão capitalista não pode condizer com a realidade contemporânea. **Devemos entender que elementos da natureza como parques urbanos, podem servir para re-configurar as paisagens das cidades e possibilitar que seus frequentadores se apropriem desses espaços, por diversificadas modalidades (OLIVEIRA, 2012).**



Parques urbanos que configuram a paisagem nos centros urbanos
Fonte| skyscrapercity.com

A urbanização desenfreada, principalmente nos países periféricos, acarreta em uma problemática ambiental urbana, que se agrava cada vez mais à medida que as cidades se expandem. Consequentemente passa-se a exigir um maior consumo dos recursos naturais, gerando sérios desequilíbrios para o meio ambiente, e na qualidade de vida. Levando-nos a repensar em como poderemos mudar este panorama atual, de uma sociedade cada vez mais materializada. (GOLVEIA, 1999).

Conforme Freire (2010), a gestão do meio ambiente urbano representa um desafio complexo para as sociedades contemporâneas. Pois, além de considerar a preservação dos recursos ambientais, devem-se assegurar condições de vida digna à população, de modo a garantir que parcelas

da sociedade não sejam excluídas do processo.

De forma bem simples pode-se dizer que paisagem urbana é o conjunto de todos os elementos presentes nas cidades. Conforme os autores estudados, percebe-se que tanto ambiente natural quanto o transformado, são resultado da ação do homem/sociedade. Portanto pode ser entendido como, **meio ambiente social**. Onde a Paisagem "ideal" dispõe de espaços agradáveis para viver, e tem coerência entre espaços privados e públicos, construídos e não construídos.



Paisagens urbanas, natural e construído
Fonte| panoramio.com

2.9 Mobilidade urbana e articulação entre espaços

Mobilidade urbana diz respeito ao deslocamento de pessoas e cargas dentro das cidades, independente do sistema modal que se utilize (a pé, bicicleta, automóvel). As infra-estruturas estudadas na mobilidade urbana são principalmente as vias e demais logradouros públicos, (ciclovias, estacionamentos, terminais, estações, pontos para embarque e desembarque, sinalização viária e de trânsito,

equipamentos, instalações e por fim, instrumentos de controle, fiscalização, difusão de informações). (CELES, 2009).

A mobilidade está diretamente relacionada com a paisagem urbana, pois nela encontram-se os pontos de referência, as vias e todos os elementos fundamentais para a interpretação da cidade e para o deslocamento nela. Esta é uma relação recíproca, tendo em vista que **a mobilidade se dá a partir da paisagem e suas condicionantes, e em contrapartida, os sistemas utilizados, para que exista a mobilidade alteram a paisagem urbana.**

Este conceito fica evidente, com o que Kevin Lynch (1988) diz, sobre a rua ser um espaço público por excelência, sendo o elemento **articulador das localidades e da mobilidade**, e pode ser considerada a formadora da estrutura urbana. É o elemento principal em que se forma a imagem da cidade. Pois é por ela que as pessoas transitam na cidade, podendo observá-la e entendê-la.



Marcos ou pontos de referência na paisagem urbana, essenciais para a mobilidade e o entendimento da cidade.

Fonte| Kevin Lynch, adaptado pela autora



Edificações que se configuram em função das vias, as chamadas “bordas” Fonte| Kevin Lynch, adaptado pela autora

Neste mesmo contexto, Jacobs (2009, p.29) afirma:

"As ruas da cidade servem a vários fins além de comportar veículos; e as calçadas - a parte das ruas que cabe aos pedestres - servem a muitos fins além de abrigar pedestres. Esses usos estão relacionados à circulação, mas não são sinônimos dela, e cada um é, em si, tão fundamental quando a circulação para o funcionamento adequado das cidades."

A Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana - SEMOB (2006), também não define a mobilidade só como uma questão de deslocamento por modos de transporte, mas sim como a relação dos indivíduos com o seu local de vida, e para que esses consigam atingir os seus destinos desejados.

Porém muitas cidades não atendem essa coerência. **O que pode-se perceber atualmente são as necessidades dos automóveis sendo colocadas à frente das complexas necessidades das cidades e dos cidadãos. Em alguns casos tornando as cidades fragmentadas**

e sem um esquema de leitura das articulações do lugar, dificultando a identificação das relações entre áreas.

Relacionando este pensamento ao tema convivência e lazer, é imprescindível que o seu acesso esteja inter-relacionado a outros direitos essenciais aos cidadãos, conforme já citados, saúde, educação, assistência social, habitação, trabalho, cultura, entre outros. **Faz-se necessário a articulação e integração desses espaços urbanos para alavancar a apropriação dos mesmos, potencializando a criação de contextos e cenários contínuos, facilitando o acesso aos espaços em questão, de forma coerente e assim legitimando seus valores.** (SILVA EVERSANI, 2005)



Esquema de vias estruturadora / conectoras e parques urbanos configurando a paisagem
Fonte| nclurbandesign.org adaptado pela autora